

103 NOV 1991

Novos desafios O GLOBO

LUÍS EULÁLIO VIDIGAL FILHO

55

O atual quadro de crise e indefinição que o País atravessa coloca especificamente ao setor privado um elenco de desafios, cujo equacionamento poderá ter influência decisiva na superação do impasse. Parece óbvio que, pela própria natureza de seu papel no sistema produtivo, onde tem como missões precípua planejar o futuro e administrar crises, más conjunturas e conflitos, cabe ao empresário uma parcela de responsabilidade até mesmo maior na vida do País do que aquela que é reservada aos demais agentes econômicos.

Mais do que qualquer outro cidadão, com efeito, deve o empresário ter plena consciência de seus direitos e deveres perante a comunidade. Particularmente nas conjunturas adversas, é preciso que ele esteja apto a apresentar respostas e alternativas a exercer, em suma, a liberdade de empreender que deve ser a principal função de sua atividade.

Até o presente momento, infelizmente, parece que o empresariado brasileiro, de maneira geral, ainda não despertou para os desafios que lhe estão postos. Constatada há anos, por exemplo, a corrosão da administração pública, em decorrência da ineficiência estatal, já é tempo, sem dúvida, de o setor privado dar mostras concretas de que efetivamente pleiteia o recuo do Estado no campo econômico. Esse refluxo, que está ainda por ser consideravelmente ampliado, deve ter contrapartida um empresariado preparado para assumir as novas tarefas e responsabilidades que a conjuntura impõe. Entre elas, a de contribuir para o preenchimento do vazio de investimentos que há uma década paralisa o País. Para isso, é necessário ter a coragem, primeiro, de despojar-se de antigas cul-

turas, das visões ortodoxas, das práticas industriais e comerciais viciadas.

Num Mundo em que as tecnologias e processos se renovam velozmente, e no qual estamos consideravelmente defasados, o empresariado deve ter a coragem de assumir a vanguarda da modernidade, sem permanecer cômoda e ineficazmente a reboque dos programas oficiais. Numa quadra da vida internacional em que o Mundo todo celebra os valores da competitividade, dos acréscimos de produtividade, das novas tecnologias de gestão, não pode o empresariado permanecer restrito aos desafios domésticos. A experiência internacional, e não apenas a de potências como a França ou a Inglaterra como também a de vizinhos nossos da América Latina, está cotidianamente a demonstrar as vantagens de se operar em uma economia aberta e competitiva, cuja edificação, entretanto, exige do empresariado a pronta adoção de medidas como a racionalização das estruturas, melhoria e atualização dos recursos humanos, renovação constante dos métodos de gestão.

Aplaudimos todos a performance dos recentes programas de estabilização implementados pelos Governos da Argentina, Chile e México, por exemplo, onde a inflação e a taxa de juros foram derrubadas e a retomada do crescimento se dá em bases renovadas e seguras. O México, particularmente, ao mesmo tempo viabilizou a captação de investimentos externos em massa, reduziu o desequilíbrio fiscal do setor público, aumentou e diversificou as vendas externas, privatizou sem medo das consequências políticas — com reflexos notáveis sobre o mercado interno — e, ainda, articulou sabiamente uma negociação de longo prazo com os credores internacionais. No rol de reformas estruturais, pôs em prática a liberalização do comércio de maneira articulada com a montagem de

uma política industrial moderna e eficaz.

Medidas, enfim, que nós, empresários brasileiros, olhamos com admiração e uma ponta de inveja, esquecendo-nos por vezes de perguntar qual foi o papel do empresariado mexicano na implementação desse programa. Sem dúvida, ele contribuiu de maneira decisiva para estabelecer o otimismo, elevar o grau de confiança e disseminar credibilidade entre os agentes econômicos. Assegurou, em síntese, as condições de governabilidade do país e de restauração econômica, mediante o exercício de práticas empresariais condizentes com um genuíno espírito de colaboração e a verdadeira disposição de arcar com a parcela de sacrifícios que as correções de rota conseqüentes, via de regra, impõem.

Esse bom ânimo pode certamente ser verificado na prática da contenção dos preços e da renúncia em lucrar com a crise — um artificialismo sempre ameaçador para a economia como um todo e, a longo prazo, prejudicial para cada célula do sistema produtivo. Possibilitou, da mesma forma, a apresentação de propostas viáveis e bem fundamentadas ao Governo, poupando-se reivindicações estereis que apenas desgastam o diálogo nas altas câmaras governo/empresários.

É de se esperar, enfim, que essa nova mentalidade empresarial vinque também entre nós. Inclusive porque nos parece claro, hoje, que a retomada do crescimento dependerá em grande parte da liderança do empresariado e das respostas que souber dar aos desafios que a chamada crise atual lhe coloca.

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho é Diretor-Superintendente da Cobrasma, Presidente da Comissão de Comércio Exterior da CNI e da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e ex-Presidente da Fiesp.